

Defesa do emprego, a linha vermelha que o governo não deveria cruzar

22/02/2016



O governo está decidindo agora que caráter vai ter este

segundo mandato da Dilma e até mesmo, que condições existirão para que o processo iniciado em 2002 possa continuar ou não em 2018. Até aqui as sinalizações não são boas: o governo já aceitou que teremos, pelo menos, dois anos seguidos com recessão de 4% em cada um, o que nunca havia acontecido no Brasil. Pior ainda: como nada está sendo feito para priorizar a retomada do crescimento econômico, as primeiras previsões para 2017 são de continuidade da recessão.

Emir Sader, em www.redebrasilatual.org.br

Depois do pacote inicial de ajuste – socialmente injusto, economicamente ineficiente, politicamente desastroso – o governo parece que incorporou definitivamente o diagnóstico da oposição, de que a saída da crise viria de mais e mais cortes nos gastos públicos, dizendo que a maior contribuição do governo seria a reforma da previdência.

Não vamos discutir aqui o tema da reforma da previdência – [os comentários de vários especialistas parecem totalmente coerentes e evidentes](#) –, mas o mínimo a dizer é que não é verdade que o maior gasto público é com a previdência.

O maior destes gastos é o pagamento da dívida pública, que se multiplica diariamente com a taxa de juros estratosférica que o governo mantém. Mas basta essa opção para constatar que o segundo mandato será marcado pela maior e mais profunda recessão que a economia do país já conheceu.

O governo deve ao país um balanço da aplicação do ajuste e as razões da continuidade de uma política econômica que nenhum setor popular apoia. Há pesquisas em estados do nordeste que demonstram que lá também, depois de ter 74% de apoio, o governo agora conta com 10%. Dilapidou todo o apoio conquistado na campanha eleitoral.

Está em jogo o processo histórico iniciado com Lula e que não pertence a este governo. Não se tem o direito de colocar em risco sua continuidade, porque ele foi conquistado por muitas forças, todas elas agora descontentes com as orientações assumidas por este governo.

Dois ou até três anos de recessão fazem cair nas costas dos trabalhadores o peso de uma crise que não foi criada pelos trabalhadores. Representa a elevação do nível de desemprego a patamares dignos dos governos tucanos.

O nível de desemprego deveria ser a linha vermelha que um governo democrático e popular não poderia cruzar. Uma política econômica de um governo com essas características não pode contribuir para o aumento do desemprego. Ao contrário, deveria ter esse tema como sua referência central.

Em vez de insistir numa reforma da previdência que, além de tudo, não vai ser aprovada, o governo deveria ter um plano de emergência de defesa do emprego que é, ao mesmo tempo, um plano de investimentos públicos que promova a retomada do crescimento econômico.

Se não forem tomadas já medidas nessa direção, o segundo e talvez o terceiro ano do atual mandato terão sido perdidos para a recessão econômica e o retrocesso social, preparando um quadro sumamente negativo para as eleições de 2018.

Compartilhe nas redes: